

Comissão de Enfrentamento e Prevenção do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação realiza primeira reunião



A Seção Judiciária da Bahia realizou ontem, dia 30 de junho, a primeira reunião com integrantes da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito da SJBA, que tem como presidenta a juíza federal titular da vara única da SSJ de Teixeira de Freitas, Célia Regina Ody Bernardes. A comissão é composta por membros representantes das/os magistradas/os, servidores, terceirizadas/os e estagiárias/os, além de convidadas/os representantes do MPF/

BA, DPU/BA e OAB/BA. Nessa primeira reunião estiveram presentes a defensora pública federal Charlene Borges, representando a Defensoria Pública da União/BA e a advogada Daniela Portugal, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/BA. O juiz federal diretor do foro, Fábio Moreira Ramiro, compareceu para saudar e agradecer às/aos participantes e ressaltar a importância da comissão, que representa um marco e um avanço para a Justiça Federal na Bahia, no compromisso de propiciar um ambiente de trabalho ainda mais saudável, digno e seguro.

Todas/os as/os participantes tiveram a oportunidade de se apresentar e, de forma muito rica, heterogênea e dinâmica, trazer suas experiências, pontos de vista e contribuições para a formação e direcionamento de ações em prol da efetivação, no âmbito da SJBA, da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, estabelecida pela Resolução CNJ n. 351/20.

De maneira muito bem-sucedida e promissora, a reunião trouxe um vislumbre do início de uma nova visão e novo horizonte no tratamento de questões delicadas e sensíveis, e de extrema importância para todas/os, não apenas dentro da instituição, mas também para a sociedade a partir dos ecos que serão gerados e finalizou com a definição das primeiras ações a serem realizadas. Elaborar um diagnóstico acerca da percepção das situações envolvendo assédio e discriminação por parte das pessoas que trabalham na Justiça Federal na Bahia e refletir sobre o impacto das metas e selos no desenvolvimento de um meio ambiente de trabalho (não) saudável serão os primeiros passos nessa direção.

Aniversariantes

Hoje: Luiz Claudio Falcao Leoni (14ª Vara). **Amanhã:** Liliana Valeria Ribas de Almeida (12ª Vara), Sayonara Pereira Bittencourt (3ª Vara), Iraneide Souza de Santana (Alagoinhas) e Giovanna Souza Daniel (22ª Vara). **Sábado:** Patricia Moraes de Menezes (Secad), Raimundo Vieira Barros (Nucgp) e Andressa Santos de Almeida (Ilhéus). **Domingo:** Henrique Costa de Oliveira (Feira de Santana) e Elisabete Goes Silva Pereira Muniz (18ª Vara). **Segunda-feira:** Argilandes Carvalho Guedes (15ª Vara), Micheline Bacelar Pereira (4ª Vara), Elise Dias Machado Lima (19ª Vara), Ingrid Oliveira Figueiredo (3ª Vara), Larissa Mendes Correia (Vitória da Conquista), Arimar dos Santos Oliveira (17ª Vara) e Tainá Hage Cruz (Turma Recursal).

Parabéns!

EXPEDIENTE: **Coordenação-Geral:** juiz federal Fábio Moreira Ramiro, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Serviço de Comunicação Social - SERCOM. **Diagramação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

CJF aprova resolução que institui o modelo de governança, gestão e operação da Nuvem da JF



O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, durante a sessão de julgamento da última segunda-feira (28/6), a resolução que institui o modelo de governança, gestão e operação da Nuvem da Justiça Federal (NUJUFE). O processo foi relatado pelo presidente do CJF, ministro Humberto Martins.

Em seu voto, o ministro informou que o CJF, “com a finalidade de atender ao macrodesafio de melhoria da infraestrutura e governança de Tecnologia da Informação, contratou solução de infraestrutura computacional hiperconvergente, com o objetivo de ser a ‘nuvem privada da Justiça Federal’, denominada de NUJUFE, para processamento e disponibilização dos sistemas nacionais”.

O presidente do CJF destacou que a resolução foi analisada e debatida pelo

Comitê Gestor do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (SIJUS), composto por representantes do Conselho e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), visando estabelecer o modelo de avaliação, direcionamento e monitoramento da NUJUFE, as diretrizes para operação da Nuvem, a forma de colaboração entre os órgãos da Justiça Federal, bem como os papéis e as responsabilidades dos atores envolvidos.

Com a edição do normativo, serão instituídos o Comitê de Governança e o Comitê de Gestão da NUJUFE. A instalação de ativos da NUJUFE em órgãos da Justiça Federal dar-se-á por meio de acordo de cooperação técnica entre o interessado e o Conselho da Justiça Federal, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos.

O ministro Humberto Martins ressaltou que já foram celebrados acordos de cooperação com os Tribunais Regionais Federais da 2ª e 5ª Regiões e com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para instituição do modelo.

Fonte: CJF



Parque Industrial

de Patrícia Galvão (Pagu)

Escrito no ano de 1932, quando Pagu tinha apenas 22 anos, e publicado com o pseudônimo de Mara Lobo, essa pequena obra-prima de estética modernista lançou as bases do sempre crescente mito de Patrícia Galvão, a Pagu.



“Parque Industrial” é o primeiro romance proletário da literatura brasileira, ou seja, que tinha como tema personagens, problemática e ambientação ligados à classe operária. É um contraponto ao chamado romance de 30, de autores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, entre outros, na exploração dos aspectos da vida do povo em meio a transformações sociais.

O romance, usando recursos expressivos modernistas, tem influência do estilo do seu primeiro marido, o poeta Oswald de Andrade, que inclusive financiou a primeira edição da obra. É um painel abrangendo as interações de personagens de classe operária e de outros de classe média alta. A vida na fábrica, nos cortiços do bairro paulistano do Brás, são o cenário de pequenos dramas quotidianos centralizados no amor, no sexo e no dinheiro.

Ao mesmo tempo datado e universal pelo conteúdo que trabalha, “Parque Industrial” é leitura deliciosa e obrigatória para quem quer conhecer Pagu e o ambiente cultural e político do Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Escritora, jornalista, Pagu teve grande destaque no movimento modernista iniciado em 1922, embora não tivesse participado da Semana de Arte Moderna, tendo na época apenas doze anos de idade.

Além de ser tema de inúmeros trabalhos acadêmicos, sua vida e obra já foram contadas no teatro, em livros e documentários, no filme “Eternamente Pagu”, além da famosa canção de Rita Lee que leva seu nome como título. Pagu também já foi homenageada como enredo da Escola de Samba X-9 em 2006.

Morreu em 12 de dezembro de 1962, aos 52 anos, em decorrência de um câncer de pulmão. (Com informações do portal Pagu, Wikipédia e Info-Escola).